

Direito do Trabalho

Professor: Aline Leporaci

Aviso prévio: Art. 489 a 491.

Resumo

O CLT - Decreto Lei nº 5.452 de 01 de Maio de 1943, que aprovou a Consolidação das Leis do Trabalho, apresenta o tema Aviso Prévio no seguinte artigo:

Art. 489 - Dado o aviso prévio, a rescisão torna-se efetiva depois de expirado o respectivo prazo, mas, se a parte notificante reconsiderar o ato, antes de seu termo, à outra parte é facultado aceitar ou não a reconsideração.

Parágrafo único - Caso seja aceita a reconsideração ou continuando a prestação depois de expirado o prazo, o contrato continuará a vigorar, como se o aviso prévio não tivesse sido dado.



Fonte: <https://www.calendariodopis2015.com.br>

É expresso a possibilidade de reconsideração do Aviso Prévio durante o prazo, pela parte justificante (a parte que teve a ideia inicialmente de romper o contrato) antes de expirado o termo → **Sendo facultado à outra parte reconsiderar ou não.**

No parágrafo único desse artigo apresenta a **Oscilação da Reconsideração** → **Como se o Aviso Prévio nunca tivesse sido dado**

Art. 490 - O empregador que, durante o prazo do aviso prévio dado ao empregado, praticar ato que justifique a rescisão imediata do contrato, sujeita-se ao pagamento da remuneração correspondente ao prazo do referido aviso, sem prejuízo da indenização que for devida.

Art. 491 - O empregado que, durante o prazo do aviso prévio, cometer qualquer das faltas consideradas pela lei como justas para a rescisão, perde o direito ao restante do respectivo prazo.

Atitudes tomadas pelas partes no curso do
Aviso Prévio podem modificar a hipótese
de extinção do Contrato de Trabalho

O Aviso Prévio integra o tempo de
serviço/Contrato de Trabalho só é
considerado extinto ao final do prazo